

CONTRATO CEDAE Nº 088/2018 (DE)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **INVESTIPLAN**
COMPUTADORES E SISTEMAS DE
REFRIGERAÇÃO EIRELI.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato através de seus diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Presidente, e Sr. MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, doravante denominada **CEDAE**, bem como a **INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ n. 01.579.387/0007-30, estabelecida na Avenida Central, s/n, Quadra 2, Lote 10, Jardim Savoia – Ilhéus/BA, CEP. 45.658-260, neste ato por meio de seu Titular, Sr. PAULO AFONSO FRIAS TRINDADE, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, empresário, Cédula de Identidade nº 02.244.764-3/DETRAN-RJ, CPF nº 226.859.017-87, domiciliado na Rua Rodrigo Silva, 26 sala 1701 – Centro – Rio de Janeiro, CEP. 20011-040, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do **Processo Administrativo nº E-07/100.331/2018**, justo e contratado o presente, mediante **Dispensa de Licitação (DL nº 005/2018 –DE-)**, com fundamento no Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, pela qual se regerá, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a **“LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE 2.185 (DOIS MIL CENTO E OITENTA E CINCO) MICROCOMPUTADORES COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA”**, conforme detalhamento contido no Termo de Referência anexo a este instrumento, abaixo resumido:

ITEM	QUANTIDADES
MICROCOMPUTADOR	1.850



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp reading "Assistência Especial de Contratos da ASJ-D" and "AJC-2".

TIPO I	
MICROCOMPUTADOR	325
TIPO II	
NOTEBOOK	10
TOTAL	2.185

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

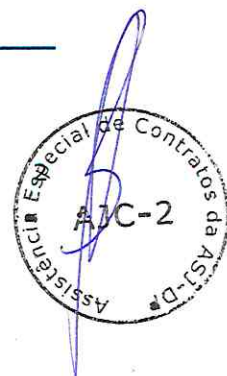
I – São obrigações da **CONTRATADA**:

- Garantir o cumprimento do cronograma de execução acordado, exigindo da **CEDAE** as informações consideradas indispensáveis à realização do seu trabalho;
- Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à **CEDAE** ou a terceiros, quando decorrentes da execução dos serviços contratados;
- Assumir, em caso de acidente de trabalho, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, ainda que o acidente venha a ocorrer nas dependências da **CEDAE**;
- Atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**;
- Desempenhar suas funções em suas próprias instalações físicas, ou, quando necessário for e a complexidade do trabalho demandar, nas dependências físicas da **CEDAE**;
- Apresentar toda a documentação prevista no parágrafo primeiro da cláusula décima juntamente com a nota fiscal/fatura dos serviços;
- Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91; e
- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5% .

II – São obrigações da **CEDAE**:



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



- a) Proporcionar todas as facilidades de acesso às informações disponíveis para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das exigências estabelecidas neste Contrato;
- b) Indicar uma Comissão composta por 3 (três) membros para a Fiscalização dos trabalhos que serão desenvolvidos pela **CONTRATADA**; a qual incumbirá efetuar o acompanhamento do(s) serviço(s), atestando a(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) apresentada(s); e
- c) Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** observando as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da ordem de início que vier a ser produzida pela **CEDAE**, podendo ser emitida após a publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir o presente ajuste tão logo se conclua a substituição de todos os microcomputadores da **CONTRATADA** pelos novos, que serão objeto do procedimento licitatório já instaurado para a continuidade a estes serviços de locação. Esta rescisão antecipada, caso venha a ocorrer, será feita sem qualquer indenização por perdas e danos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A presente contratação será executada em regime de empreitada por preço unitário, ficando o seu valor total estimado em **R\$ 1.053.854,10 (um milhão, cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos)**, devendo ser adotados os seguintes preços:

ITEM	QUANTIDADES	VALOR (R\$)	VALOR TOTAL (180 DIAS)
MICROCOMPUTADOR TIPO I	1.850	76,19	R\$ 845.709,00
MICROCOMPUTADOR TIPO II	325	103,65	R\$ 202.117,50



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Assistência Especial de Contratos da ASJ-DE
AJC-2

NOTEBOOK	10	100,46	R\$ 6.027,60
TOTAL	2.185	VALOR TOTAL ESTIMADO	1.053.854,10

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Encontram-se computados no valor desta contratação todos os custos e tributos decorrentes do desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos mensalmente, no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Considera-se adimplida a obrigação da **CONTRATADA** pelo cumprimento da etapa/parcela dos serviços acompanhada da fatura/nota fiscal e dos comprovantes mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO QUARTO – A fatura/nota fiscal que vier a ser emitida pela **CONTRATADA** deverá apresentar o detalhamento dos serviços executados no mês anterior.

PARÁGRAFO QUINTO – De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação enviada e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

PARÁGRAFO SEXTO – O registro, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação apresentada impedirá a concessão do atesto e suspenderá o prazo para pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A irregularidade da documentação necessária ao atesto ensejará, ainda, a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** comunicando a abertura do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa e demonstração do cumprimento das obrigações previstas no parágrafo primeiro da cláusula décima, sob pena de aplicação da penalidade de advertência. Permanecendo inalterada a situação total ou parcialmente, o

contrato será rescindido com as consequências previstas no item "iii" do parágrafo oitavo da cláusula oitava.

PARÁGRAFO OITAVO – A **CEDAE** fará o pagamento através de depósito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, a ser por ela indicada no Banco BRADESCO S.A.

PARÁGRAFO NONO - Constitui cláusula essencial do presente contrato, e de observância obrigatória, a impossibilidade de a **CONTRATADA** opor à **CEDAE** a exceção de inadimplemento como justificativa para a interrupção ou atraso das obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Trabalho: 2200022016, Conta Orçamentária 411110312, Fonte de Recursos 10, Centro de Custos n. DE05040000, ID da Reserva Orçamentária nº 2018000774, do presente exercício financeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão executados observando os limites mensais aprovados no cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

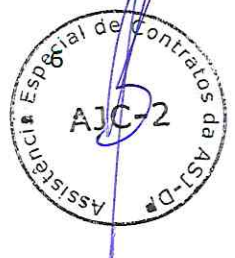
PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido;
- iii) Será aplicada à **CONTRATADA** pelo prazo de 1 (um) ano no caso de rescisão contratual decorrente do disposto na cláusula quarta, parágrafo sétimo.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator por sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

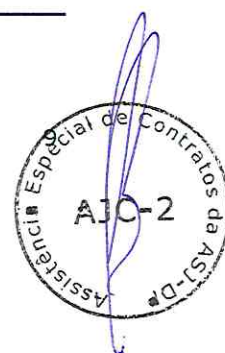
PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA NONA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela **CEDAE**, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.



PARÁGRAFO TERCEIRO – A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO – Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

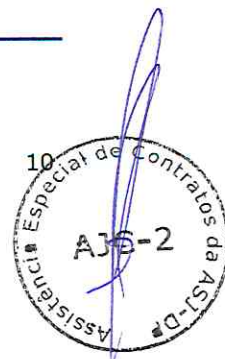

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula oitava, caberá a **CEDAE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO – Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Fica estabelecido que a **CONTRATADA** será considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como a única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais envolvidos na execução dos serviços objeto do presente Contrato, permanecendo a **CEDAE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal encaminhada no período, os seguintes comprovantes: (i) declaração de cumprimento da Lei Estadual n. 7.258/2016, relativa à aplicação do regime de cotas de que trata a alínea “h”, do item “I” da cláusula segunda. Caso existam empregados da **CONTRATADA** vinculados exclusivamente à execução deste contrato deverão ser apresentados ainda: (ii) prova de pagamento do FGTS e do INSS destes empregados; e (iii) “**declaração**” da **CONTRATADA** de que se encontra em dia com o pagamento destes mesmos salários.



PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento e, consequentemente, a concessão do atesto pela Comissão de Fiscalização, gerando a suspensão do prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a regularização da falta apontada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de aplicação das sanções administrativas prevista neste contrato, todos os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados os seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – PACTA SUNT SERVANDA

O presente instrumento contratual substituirá todos os documentos que tiverem sido produzidos na fase de negociação, fazendo lei entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA** se obriga a manter todos os documentos e informações provenientes da prestação dos serviços contratados resguardados pela confidencialidade inerente à profissão que somente serão revelados, total ou parcialmente, com a expressa autorização da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica a **CONTRATADA**, no entanto, expressamente autorizada a utilizar o nome da **CEDAE** como referência em seus materiais informativos, sendo vedada a vinculação de qualquer divulgação que viole a confidencialidade de que trata o caput da presente cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
w w w . c e d a e . c o m . b r



A aceitação provisória do objeto para os contratos de locação de equipamentos ocorrerá no início do contrato, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o efetivo pagamento da nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, em função do preconizado no § 8º do artigo 15, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO

O objeto do contrato de locação de equipamentos será recebido definitivamente **ao final** da contratação, mediante emissão do Termo de Aceitação Definitiva, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de locação de equipamentos ATÉ O VALOR DE R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos (parágrafos primeiro e segundo da cláusula anterior) e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de compras ou de locação de equipamentos DE VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA GARANTIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).


PARÁGRAFO QUARTO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br

13



Assistência Especial de Contratos
AJC-2

fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEXTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena da multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

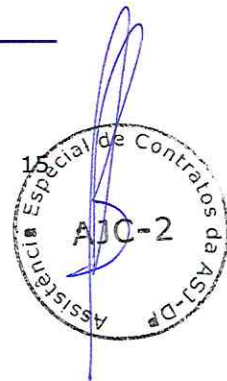
PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do art. 11, inciso I, da Lei Estadual n. 7.753/2017, caberá ao Gerente do Contrato fiscalizar o cumprimento do programa de integridade previsto nesta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O não atendimento ao disposto no parágrafo primeiro implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Par fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após sua assinatura, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.



CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO


As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Rio de Janeiro, 29 de JUNHO de 2018.

Pela **CEDAE**:



JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU
Diretoria de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pelo **CONTRATADO**:


PAULO AFONSO FRIAS TRINDADE
Titular

TESTEMUNHAS:

1) _____
2) 
Contr-**INVESTPLAN-DL-005/2018-VB**
07435907-83

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente objeto visa a contratação emergencial de serviços de locação com manutenção preventiva e corretiva de **2.185 (dois mil cento e oitenta e cinco)** equipamentos de informática (computadores e notebooks), conforme especificações mínimas e condições definidas neste Termo de Referência.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

2.1. MICROCOMPUTADOR TIPO I: 1.850 unidades, sendo:

2.1.1. Placa Principal

- Front Side Bus de no mínimo 1333 Mhz.
- Placa principal com arquitetura ATX ou micro ATX.
- Soquete da placa mãe compatível com os padrões do processador.
- Possuir, no mínimo 2 slots PCI, 1 PCIe 2.0 x1 e 1 PCIe 2.0 x16.
- Possuir o fabricante e o modelo gravadas no corpo da placa mãe.
- Possuir no mínimo 4 soquetes de memória DIMM DDR-3 PC3-10600 ou superior com suporte à tecnologia DUAL CHANNEL, suportando no mínimo até 16 GB de memória.

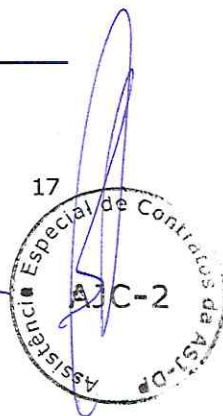
2.1.2. Bios

- BIOS atualizável por software (Flash EPROM).
- Suporte ao padrão SMBIOS v.2.4 no mínimo
- Suporte ao padrão DMI 2.0.
- Função de registro de número de patrimônio em memória não volátil, podendo esses números serem lidos remotamente através de comandos DMI 2.0 ou superior.

2.1.3. Interfaces



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
w w w . c e d a e . c o m . b r



- No mínimo 4 (quatro) interfaces SATA 300 (SATA II) ou superior.
- Interface de rede com saída RJ45 10/100/1000TX integrada ou off-board, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento e suportar os padrões PXE 2.0, DASH 1.1 e protocolo SNMP.
- Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces USB 2.0, sendo 2 frontais e 6 na parte posterior do gabinete.
- 1 (uma) interface serial padrão RS -232c -UART 16550, ou superior, com conector DB-9.
- 1 (uma) interface paralela centronics, EPP e ECP.
- Interface de som estéreo 16 bits ou mais com conectores para line-in, mic-in e line-out.
- Possuir no mínimo uma saída com conector tipo DB-15 para monitor SVGA ou DVI.
- 1 (um) conector USB para teclado.
- 1 (um) conector USB para mouse.

2.1.4. Processador

- Processador, no mínimo, de núcleo duplo com pelo menos 2.6 GHZ de frequência, cache mínimo de 2Mb com instruções SSE2 e SSE3.

2.1.5. Memória RAM

- Memória RAM, tipo DDR3-DIMM ou superior, com no mínimo 2 (dois) GB, divididos em 2 pentes iguais, configurados em DUAL CHANNEL, de frequência no mínimo igual ao FSB do processador.

2.1.6. Unidades de Disco Rígido

- Uma unidade de disco rígido interna com capacidade mínima de 500 GB, com interface tipo Serial ATA – SATA 300 ou superior.
- Velocidade de rotação de, no mínimo, 7.200 rpm.
- Memória cache buffer de, no mínimo, 8MB.

2.1.7. Placa de Vídeo

- Placa de vídeo PCI Express, integrada ou offboard de no mínimo 256 MB dedicada ou compartilhada com a memória do sistema, com capacidade aceleradora gráfica e execução 3D.
- Capacidade de controlar até dois monitores simultaneamente através de duas saídas de vídeo (VGA e DVI ou superior)

2.1.8. Unidade de Mídia Ótica

- Uma unidade interna de DVD-RW de 16X de leitura; 8X de gravação e 6X de regravação com tecnologia Dual Layer.
- Interface de conexão do tipo SATA.

2.1.9. Monitor de Vídeo

- Tela 100% plana, de LED de 18,5" ou superior, saída padrão SVGA e DVI ou superior, no mínimo.
- Resolução de, no mínimo, 1360x768 (um mil, trezentos e sessenta por setecentos e sessenta e oito) pixels na frequência de atualização de, no mínimo, 60Hz (sessenta hertz).
- Tempo de resposta de, no máximo, 5ms (cinco milissegundos).
- O monitor deve aceitar tensões de 110/220 Volts de forma automática.
- Deve possuir ajuste de inclinação e altura da tela.
- As interfaces de entrada de vídeo devem ser compatíveis com as interfaces de saídas de vídeo do computador fornecido.
- Deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios necessários para ligar o monitor em qualquer das interfaces disponíveis.

2.1.10. Gabinete

- Fonte de alimentação com no mínimo 500W de potência real, com chaveamento automático 110-230 Volts.
- Fonte com tecnologia PFC (Power Factor Correction) ativa, velocidade variável do ventilador, proteção anti-surto "built in", suporte a tecnologia "wake-on-lan".

- Padrão ATX mínimo de 3 baias, com sistema de refrigeração adequado ao processador, a fonte e aos demais componentes internos.
- Cadeado com chave de segredo individual, apropriado para trancamento do gabinete e que prenda os cabos do mouse, teclado e caixas de som.

2.1.11.Mouse

- Mouse ótico ou laser USB, com três botões (incluindo tecla de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra.
- Resolução mínima de 800 dpi.

2.1.12.Teclado

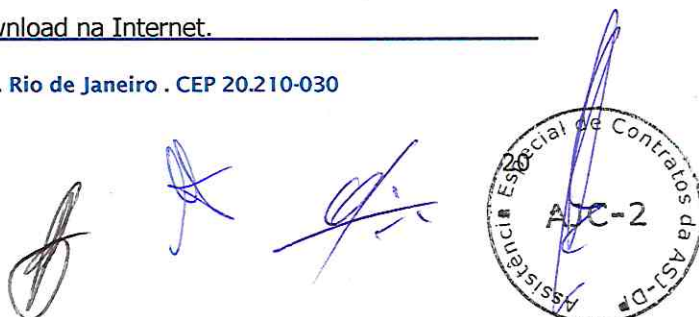
- Teclado padrão ABNT-2, com no mínimo 104 teclas
- Conexão padrão USB.
- Regulagem de altura e inclinação.
- Bloco numérico separado das demais teclas.

2.1.13.Caixa de Som

- Par de caixas de som com amplificação própria com conexão para PC.
- Potência mínima de 1W (RMS) por canal.
- Poderão ser integradas ao monitor

2.1.14.Softwares

- Microsoft Windows 7 Ultimate ou Enterprise 64 Bits no idioma Português Brasil (PT-BR) com licenciamento OEM. Todos os equipamentos deverão possuir Certificado de Autenticidade aderido ao seu gabinete, na parte externa, conforme orientações do fabricante encontradas no site <http://www.microsoft.com/howtotell/content.aspx?displaylang=pt-br&pg=coa;>
- Microsoft Office Professional 2010 ou superior.
- Todos os drivers da placa mãe, das controladoras, dos adaptadores necessários e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 7 deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet.



2.1.15. Certificações

- O equipamento deverá estar em conformidade com as normas a seguir cujos comprovantes deverão ser apresentados com a proposta: Certificação HCL "Designed for Microsoft Windows" para os Sistemas: Windows 7 - x64; Certificação IEC 60950 ou UL 1950; Certificação CISPR 22 Classe B ou FCC classe B; Energy Star 5.0; RoHS (Restriction of Hazardous Substances)

2.2. MICROCOMPUTADOR TIPO II: 325 unidades, sendo:

2.2.1. Placa Principal

- Front Side Bus de no mínimo 1333 Mhz.
- Placa principal com arquitetura ATX ou micro ATX.
- Soquete da placa mãe compatível com os padrões do processador.
- Possuir, no mínimo 2 slots PCI, 1 PCIe 2.0 x1 e 1 PCIe 2.0 x16.
- Possuir o fabricante e o modelo gravadas no corpo da placa mãe.
- Possuir no mínimo 4 soquetes de memória DIMM DDR-3 PC3-10600 ou superior com suporte à tecnologia DUAL CHANNEL, suportando no mínimo até 16 GB de memória.

2.2.2. Bios

- BIOS atualizável por software (Flash EPROM).
- Suporte ao padrão SMBIOS v.2.4 no mínimo
- Suporte ao padrão DMI 2.0.
- Função de registro de número de patrimônio em memória não volátil, podendo esses números serem lidos remotamente através de comandos DMI 2.0 ou superior.

2.2.3. Interfaces

- No mínimo 4 (quatro) interfaces SATA 300 (SATA II) ou superior.
- Interface de rede com saída RJ45 10/100/1000TX integrada ou off-board, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento e suportar os padrões PXE 2.0, DASH 1.1 e protocolo SNMP.

- Possuir no mínimo 8 (oito) interfaces USB 2.0, sendo 2 frontais e 6 na parte posterior do gabinete.
- 1 (uma) interface serial padrão RS –232c –UART 16550, ou superior, com conector DB-9.
- 1 (uma) interface paralela centronics, EPP e ECP.
- Interface de som estéreo 16 bits ou mais com conectores para line-in, mic-in e line-out.
- Possuir no mínimo uma saída com conector tipo DB-15 para monitor SVGA ou DVI.
- 1 (um) conector USB para teclado.
- 1 (um) conector USB para mouse.

2.2.4. Processador

- Processador, no mínimo, de núcleo quadruplo com pelo menos 3.0 GHZ de frequência, cache mínimo de 6Mb com instruções SSE2 e SSE3.

2.2.5. Memória RAM

- Memória RAM, tipo DDR3-DIMM ou superior, com no mínimo 4 (quatro) GB, divididos em 2 pentes iguais, configurados em DUAL CHANNEL, de frequência no mínimo igual ao FSB do processador.

2.2.6. Unidades de Disco Rígido

- Uma unidade de disco rígido interna com capacidade mínima de 500 GB, com interface tipo Serial ATA – SATA 300 ou superior.
- Velocidade de rotação de, no mínimo, 7.200 rpm.
- Memória cache buffer de, no mínimo, 8MB.

2.2.7. Placa de Vídeo

- Placa de vídeo PCI Express offboard de no mínimo 1GB dedicada, com capacidade aceleradora gráfica e execução 3D (256 Bits).
- Capacidade de controlar até dois monitores simultaneamente através de duas saídas de vídeo (VGA e DVI ou superior)

2.2.8. Unidade de Mídia Ótica

- Uma unidade interna de DVD-RW de 16X de leitura; 8X de gravação e 6X de regravação com tecnologia Dual Layer.
- Interface de conexão do tipo SATA.

2.2.9. Monitor de Vídeo

- Tela 100% plana, de LED de 23" ou superior, saída padrão SVGA e DVI ou superior, no mínimo.
- Resolução de, no mínimo, 1920x1050 (um mil, novecentos e vinte por mil e cinquenta) pixels na frequência de atualização de, no mínimo, 60Hz (sessenta hertz).
- Tempo de resposta de, no máximo, 5ms (cinco milissegundos).
- O monitor deve aceitar tensões de 110/220 Volts de forma automática.
- Deve possuir ajuste de inclinação e altura da tela.
- As interfaces de entrada de vídeo devem ser compatíveis com as interfaces de saídas de vídeo do computador fornecido.
- Deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios necessários para ligar o monitor em qualquer das interfaces disponíveis.

2.2.10. Gabinete

- Fonte de alimentação com no mínimo 500W de potência real, com chaveamento automático 110-230 Volts.
- Fonte com tecnologia PFC (Power Factor Correction) ativa, velocidade variável do ventilador, proteção anti-surto "built in", suporte a tecnologia "wake-on-lan".
- Padrão ATX mínimo de 3 baias, com sistema de refrigeração adequado ao processador, a fonte e aos demais componentes internos.
- Cadeado com chave de segredo individual, apropriado para trancamento do gabinete e que prenda os cabos do mouse, teclado e caixas de som.

2.2.11. Mouse

- Mouse ótico ou laser USB, com três botões (incluindo tecla de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra.

- Resolução mínima de 800 dpi.

2.2.12. Teclado

- Teclado padrão ABNT-2, com no mínimo 104 teclas
- Conexão padrão USB.
- Regulagem de altura e inclinação.
- Bloco numérico separado das demais teclas.

2.2.13. Caixa de Som

- Par de caixas de som com amplificação própria com conexão para PC.
- Potência mínima de 1W (RMS) por canal.
- Poderão ser integradas ao monitor

2.2.14. Softwares

- Microsoft Windows 7 Ultimate ou Enterprise 64 Bits no idioma Português Brasil (PT-BR) com licenciamento OEM. Todos os equipamentos deverão possuir Certificado de Autenticidade aderido ao seu gabinete, na parte externa, conforme orientações do fabricante encontradas no site <http://www.microsoft.com/howtotell/content.aspx?displaylang=pt-br&pg=coa;>
- Microsoft Office Professional 2010 ou superior.
- Todos os drivers da placa mãe, das controladoras, dos adaptadores necessários e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 7 deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet.

2.2.15. Certificações

- O equipamento deverá estar em conformidade com as normas a seguir cujos comprovantes deverão ser apresentados com a proposta: Certificação HCL "Designed for Microsoft Windows" para os Sistemas: Windows 7 - x64; Certificação IEC 60950 ou UL 1950; Certificação CISPR 22 Classe B ou FCC classe B; Energy Star 5.0; RoHS (Restriction of Hazardous Substances)

OBSERVAÇÃO: Outros Requisitos para os Microcomputadores Tipos I e II

- Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem ter graduações neutras das cores branca, preta ou bege, e manter o mesmo padrão de cor. Informar marca e modelo dos componentes utilizados na solução e apresentar prospecto com as características técnicas do equipamento e da placa mãe, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, disco rígido, DVD-RW, mouse, teclado e monitor, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e constatem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site na Internet do fabricante juntamente com o endereço do site. Devem ser fornecidos os manuais e mídias com os drivers correspondentes para todos os dispositivos solicitados.

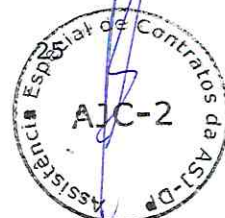
2.3. NOTEBOOK: 10 unidades, sendo:

2.3.1. Processador

- Processador com núcleo duplo, frequência mínima de 2,1 Ghz, cache mínimo de 3Mb, 64Bits.
- Processador desenvolvido para uso em notebooks.
- Suporte a instruções SSE3 ou superior.

2.3.2. Placa Mãe

- Possuir, no mínimo 2 slots para memória do tipo DDR3 – 1333 ou superior, que permita expansão para no mínimo 8GB, compatível com a tecnologia Dual Channel.
- Tecnologia TPM (Trusted Platform Module) 1.2, integrado onboard ou tecnologia equivalente ou superior.
- Implementar mecanismo de redução de consumo de energia compatível com o padrão ACPI 1.0 e controle de temperatura para evitar aquecimento dos componentes



- Tecnologia de controle de desempenho do processador, permitindo o ajuste automático da frequência e voltagem do processador de acordo com a necessidade de uso, para otimização do uso da bateria do equipamento

2.3.3. Memória RAM

- Mínimo de 3 (três) GB DDR3 – 1333 Mhz ou superior.
- Compatível com padrão Dual Channel

2.3.4. Disco Rígido – HD

- 1 (um) disco rígido interno com capacidade mínima de 320 GB SATA ou superior.
- Velocidade de rotação de 5400 RPM ou superior.

2.3.5. Disco ótico

- 1 (uma) unidade de DVD±R/RW interna com suporte para camada dupla (Dual Layer).
- Interface do tipo SATA ou superior

2.3.6. Tela

- Tela Plana de no mínimo 14" no formato widescreen.
- Tecnologia LED
- Resolução mínima de 1368x768, com 16 milhões de cores

2.3.7. Controladora de Vídeo

- Controladora de vídeo que suporte no mínimo até 256 MB de memória, podendo esta ser compartilhada com a memória do sistema.
- Suporte ao uso de monitor estendido
- Suporte ao DirectX 10 ou superior

2.3.8. Interfaces de comunicação

- Comunicação wireless integrada que suporte os padrões 802.11b/g/n, os protocolos 802.11i, WEP 64 e 128, WPA, WPA2 e IEEE 802.1x
- Bluetooth 2.0.



- As interfaces devem possuir botões que permitam a ativação/desativação através de hardware/software, permitindo a economia de energia.

2.3.9. Teclado

- Padrão ABNT-2.
- Impressão de teclas do tipo permanente, não apresentando desgaste por abrasão ou uso prolongado.

2.3.10. Dispositivo Apontador

- Touch Pad - 2 Botões.
- Área para a função de rolagem (scroll) vertical e horizontal.

2.3.11. Interfaces

- No mínimo 3 (três) portas USB 2.0;
- 1 (uma) porta VGA e 1 (uma) porta HDMI;
- 1 (uma) porta RJ-45 para Rede 10/100/1000TX com função Wake-on-lan instalada e em funcionamento.
- Leitor de cartões de memória compatível com os padrões MMC, RSMMC, SD, MiniSD, SDHC, SDXC, MS, MSPro, MSDuo.

2.3.12. Áudio

- Deve possuir 1 (uma) saída Line out e 1 (uma) entrada para Microfone.
- Alto falantes estéreo embutidos com potência mínima de 1W.
- Microfone integrado ao gabinete

2.3.13. Alimentação

- Fonte de alimentação bivolt (110V-230V) com ajuste automático.
- Bateria de 6 (seis) células de Íons de Lítio ou tecnologia de melhor rendimento, com autonomia mínima de 2,5 horas de uso, considerando o equipamento ligado e com acesso a todos os dispositivos de armazenamento.
- Travas e/ou conexões para fixação e remoção da bateria.

2.3.14. Peso

- Peso máximo de 2,3 kg, com bateria.

2.3.15.Câmera de Vídeo

- Webcam integrada com resolução mínima de 1.3 megapixels.

2.3.16.Acessórios

- Maleta para transporte do equipamento e seus respectivos acessórios.
- Cabos, adaptadores e conectores necessários ao funcionamento do equipamento.

2.3.17.Outros requisitos

- 1 slot do tipo kesington lock para uso de cabo de segurança (não é necessário fornecer o cabo de segurança).
- Deve possuir solução para criptografia de arquivos, pastas, partições e discos (incluindo o volume do sistema operacional) que utilize o chip TPM solicitado.
- Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação. Caso o componente não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificações técnicas do componente fora de linha.

2.3.18.Softwares

- Microsoft Windows 7 Ultimate ou Enterprise 64 bits no idioma Português do Brasil (PT-BR) com licenciamento OEM, todos os equipamentos deverão possuir Certificado de Autenticidade aderido ao seu gabinete, na parte externa, conforme orientações do fabricante encontradas no site <http://www.microsoft.com/howtotell/content.aspx?displaylang=pt-br&pg=coa>;
- Microsoft Office Professional 2010 ou superior.
- Todos os drivers da placa mãe, das controladoras, dos adaptadores necessários e outros dispositivos que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento no Microsoft Windows 7 deverão ser entregues em mídia eletrônica ou disponibilizados para download na Internet.

- Deverá ser fornecido disco de recuperação do sistema operacional pré-instalado.

2.3.19. Certificações

- O equipamento deverá estar em conformidade com as normas a seguir cujos comprovantes deverão ser apresentados com a proposta: Certificação HCL "Designed for Microsoft Windows" para os Sistemas: Windows 7 - x64; Certificação IEC 60950 ou UL 1950; Certificação CISPR 22 Classe B ou FCC classe B.

3. GARANTIA, SLA'S E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Deverá ser realizada a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, sem ônus para a **CEDAE**, com a substituição de peças, durante a vigência do seu respectivo Contrato;
- Atender aos prazos para suporte e solução de qualquer problema referente aos equipamentos, em até 06 (seis) horas no interior e em até 03 (três) horas na região metropolitana, no horário comercial (de 2ª a 6ª feira de 09h00min às 18h00min). A solicitação desse suporte poderá ser feita por telefone ou via Web, pelo site da Contratada;
- Prover suporte técnico permanente, na **CEDAE**, de 08h00min às 17h00min, de 2ª a 6ª feira, quando a sua respectiva quantidade alugada for igual ou superior a 300 (quatrocentos) equipamentos descritos no objeto, respeitando a proporção mínima de 1 técnico para cada 300 equipamentos;
- Os Técnicos que prestarão o Suporte Técnico Permanente não poderão ser compartilhados entre outros serviços, exercendo suas funções exclusivamente para objeto deste contrato;
- A contratada deverá disponibilizar "Central de Atendimento" para abertura de chamados de assistência técnica através de telefone do tipo DDG ou através de número local, em dias úteis. (segunda a sexta) em horário comercial (8:00 às 18:00) e serviço de atendimento Web e E-mail, informando os endereços do site e e-mail correspondentes junto à proposta;
- Repor os equipamentos gratuitamente nos casos de roubo ou furto, mediante a apresentação do Boletim de Ocorrência (BO) e da Sindicância instaurada pela CEDAE;
- A reposição dos equipamentos será gratuita, também, nos casos de conserto antieconômico e/ou inexistência de peças para reposição;

- A reposição nos casos de conserto ou roubo deverá acontecer em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da comunicação do Boletim de Ocorrência (BO); e
- Possuir escritório de suporte na Capital do Estado do Rio de Janeiro, com Laboratório Próprio de Assistência Técnica, em condições de atender aos chamados técnicos.

4. RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS

- Uma vez concluído o procedimento licitatório já instaurado para dar continuidade aos serviços objeto desta contratação, os equipamentos em uso serão progressivamente desligados e retirados pela **CONTRATADA**, conforme orientação da **CEDAE**;
- A partir da solicitação da **CEDAE** mencionada no item anterior, **os equipamentos não poderão ser mais faturados**, tendo a contratada um prazo máximo de 30 (trinta) dias para efetuar o recolhimento dos equipamentos;
- Será considerado como último dia de utilização do equipamento, para fins de cálculo do faturamento pró-rata, o último dia útil anterior à data de envio da solicitação de recolhimento do equipamento pela **CEDAE**;
- A **CEDAE** não se responsabilizará pela guarda e conservação do equipamento após o prazo de recolhimento estabelecido neste item; e
- Caso a contratada não tenha interesse em recolher os equipamentos, esta deverá comunicar oficialmente esta decisão à **CEDAE**, que tomará as medidas necessárias para o descarte adequado dos equipamentos.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

- Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente, através do crédito em conta corrente do Banco Bradesco, cujo número e a agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do Contrato, conforme Decreto nº 43.181 de 08/09/2011, que dispõe sobre os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro.
- A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento acompanhada dos demais documentos exigidos no parágrafo primeiro da cláusula décima do contrato.

- Somente poderão ser faturados os equipamentos ativos e em uso, respeitando a data da comunicação pela **CEDAE** da solicitação de recolhimento dos equipamentos para cálculo de faturamento pró-rata.
- Caso a substituição dos equipamentos seja concluída antes do fim do prazo máximo desta contratação, **será considerada a data de encerramento do contrato a data de substituição do último micro objeto desta contratação**, não havendo que se falar em perdas e danos em favor da **CONTRATADA**.

Secretaria de Estado do Ambiente

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
ATO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO E DO PRESIDENTE
PORTARIA CONJUNTA FECAM/INEA Nº 19
DE 20 DE AGOSTO DE 2018
DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO FEFAM E O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2015 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária, a Resolução SEA nº 553, de 21 de fevereiro de 2017, e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - **OBJETO:** Obras e projeto executivo para prevenção de cheias e recuperação ambiental nos Municípios da Região Serrana.

II - **VIGÊNCIA:** início: 20/08/2018 - término: 31/12/2018.

III - **DE/Concedente:** 24 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, UO: 2404 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

UG: 240400 - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano - FECAM.

IV. **PARA/Executante:** 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA, UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA, UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

V - CRÉDITO:

PT: 2404.18.544.0190.3978 - Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM.

Natureza da Despesa Fonte Valor

4490.00 104 RS 1.161.951,14

VI - A emissão da respectiva nota de crédito no SIAFE ficará condicionada à existência de dotação orçamentária disponível no programa de trabalho, elemento de despesa e fonte acima referido.

Art. 2º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2018

WALLACE SERAFIM PAVÃO

Secretário-Executivo do FECAM

MARCUS LIMA

Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Id: 2127097

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL INTERINO
DE 20/08/2018

PROCESSO Nº E-07/001, 365/2016 - RECONHEÇO A DÍVIDA dos exercícios encerrados de 2015 e 2017, no valor de R\$225.846,51 (duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos), a favor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, referente ao ressarcimento do servidor Frederico Menezes Coelho, na forma do inciso VI, do art. 14, do Decreto nº 41.890, de 25 de maio de 2009.

Id: 2127098

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR-GERAL INTERINO
PORTARIA CONJUNTA INEA/SEA Nº 204
DE 17 DE AGOSTO DE 2018
DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2015 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - **OBJETO:** Atender despesas da SEA.

II - **VIGÊNCIA:** Início data da publicação desta Portaria - Término: 31/12/2018.

III - **DE/Concedente:** 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA, UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA, UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - **PARA/Executante:** 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, UO: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, UG: 240100 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

V - CRÉDITO:

PT: 2432.18.122.0002.2060 - Pessoal e Encargos Sociais

Natureza da Despesa Fonte Valor (R\$)

3190 230 225.846,51

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser acompanhada de parecer elaborado pela Assessoria de Controle Interno do Órgão Executante opinando quanto à regularidade da despesa, observando, no que couber, as disposições contidas na Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 04, de 23/07/2008.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente do INEA

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral de Administração e Finanças Interino

Id: 2126957

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE
DE 14.08.2018

EXONERA, A PEDIDO, a contar de 07 de agosto de 2018, EVERTON LEITE PEREIRA, ID nº 593391-9, Advogado, admitido em 06 de janeiro de 2014, após aprovação no Concurso Público nº 001/2013, com base no artigo 62, inciso I, do Decreto Estadual nº 2.479/79, Processo nº E-07/002,101448/2018.

Id: 2126958

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 24/08/2018

***DESIGNA LUIZ GUSTAVO POSSAS, Agente Administrativo F, como Presidente, MARIO ROBERTO BARCELLOS, Agente Administrativo F, DAILTON GOMES GUIMARÃES, Analista de Sistemas D, como membros titulares, e ALEXANDRE VALADÃO LOPES, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato RICARDO BRITO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo F, bem como CLAUDIO RA VAGLIA CLINK, Analista de Sistemas B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE 2.185 (DOIS MIL, CENTO E OITENTA E CINCO) MICROCOMPUTADORES COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, de que trata o Processo nº E-07/100.331/2018, Ordem de Serviço nº 15.174/2018.**

*Omitido no D.O. de 03/07/2018.

Id: 2126757

Secretaria de Estado de Cultura

ATO DO SECRETÁRIO***RESOLUÇÃO SEC Nº 747 DE 12 DE JULHO DE 2018**
ALTERA O GRUPO DE TRABALHO (GT) INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO SEC Nº 706, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com as disposições constantes no Processo nº E-18/001/389/2016.

CONSIDERANDO:

- que o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro (PELLBR-RJ) é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, por intermédio da Superintendência da Leitura e do Conhecimento e do Sistema Estadual de Bibliotecas, que tem como objetivo implementar uma política pública de democratização do acesso ao livro à leitura e à escrita para a formação de leitores; e

- que o GT foi formado por membros da sociedade civil e do poder público e não fará jus a qualquer tipo de remuneração, divididos nas seguintes categorias: Cadeia Criativa do Livro (Suplente e Titular), Cadeia Produtiva do Livro (Suplente e Titular), Cadeia Mediadora do Livro (Suplente e Titular), Representantes do Poder Executivo (Suplente e Titular) e Representantes do Poder Legislativo (Suplente e Titular);

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Resolução SEC nº 706, de 28 de setembro de 2017, que passa a vigorar conforme abaixo:

Representantes da Secretaria de Estado de Cultura
 Alomário Soares da Costa Junior - ID Funcional 557305-0
 Andréia Severo Oliveira - ID Funcional 5055457-3

Representantes da Cadeia Criativa do Livro
 Titular - Barbara Caldas Cortes - CPF: 263.700.628-55
 Suplente - Dayse Alves - CPF: 105.385.897-36

Representantes da Cadeia Produtiva do Livro
 Titular - Anna Maria de Oliveira Rennhack - CPF: 110.135.067-90
 Suplente - Tomaz Adour da Câmara - CPF: 028.198.877-32

Representantes da Cadeia Mediadora do Livro
 Titular - Francisco de Paula Araújo - CPF: 091.516.767-02

Representantes do Poder Executivo
 Titular - Rogério Soares da Moura - ID Funcional nº 4324749-0
 Suplente - Heloisa Magalhães Goulart de Andrade - ID Funcional nº4416036-0

Representantes do Poder Legislativo
 Titular - Geza Gomes Rocha - matrícula nº 408.107-1
 Suplente - Ana Luisa Matoso de Paula Freitas - matrícula nº 419.094-8

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2018

LEANDRO SAMPAIO MONTEIRO

Secretário de Estado de Cultura

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 16/07/2018.

Id: 2126737

ATO DO SECRETÁRIO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC/GAB Nº 01
DE 16 DE AGOSTO DE 2018
PADRONIZA PROCEDIMENTOS PARA ABERTURA DE CONTAS CORRENTES, ISENÇÃO DE TARIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DE PROJETOS CULTURAIS APOIADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, DECORRENTES DOS EDITAIS DE FOMENTO DIRETO E INDIRETO, CONVÊNIOS DE DESPESA E DO FUNDO ESTADUAL DE CULTURA E REVOGA DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar a utilização das contas bancárias dos editais de fomento direto e indireto, convênios de despesa e do Fundo de Estado de Cultura, evitando a aplicação de cobrança de tarifas e utilizações indevidas, junto à instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco);

RESOLVE:

Art. 1º - Padronizar procedimentos para abertura de contas correntes, isenção de tarifas e aplicação de recursos de projetos culturais apoiados por esta Secretaria de Cultura, decorrentes dos editais de fomento direto e indireto, convênios de despesa e do Fundo Estadual de Cultura.

Observações importantes:

Para Titular da Conta
 Apresentar original e Xerox dos documentos
 Da Empresa: Ato constitutivo, Comprovantes de endereços atuais.
 Dos Sócios: RG, CPF, Comprovantes de endereços atuais.

Atenciosamente,
 Assinatura
 Cargo
 ID
 Secretário, Subsecretário, Superintendente ou Chefe de Gabinete

Id: 2126679

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
APOSTILA DO PRESIDENTE
DE 28.08.2018

TPUT nº 18/11/2018 - firmado entre a FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ e ILENE NUNES ADAO - Tendo em vista o conteúdo nos autos do Processo Administrativo nº E-18/002/124/2018, fica excluída a taxa mínima fixada na Cláusula Quinta do instrumento, passando a mesma vigorar com a seguinte redação: "Como contraprestação pela permissão de

DA ABERTURA DE CONTA

Art. 2º - As contas correntes exclusivas para a execução dos projetos culturais serão obrigatoriamente abertas pelos proponentes/convenientes, mediante apresentação, junto à unidade bancária, de ofício expedido por esta Secretaria devidamente preenchido e assinado pelos seguintes Titulares: Secretário, Subsecretário, Superintendente e Chefe de Gabinete, conforme Anexo Único.

Art. 3º - Os Titulares das Unidades terão suas assinaturas registradas junto ao Banco Bradesco para que, no ato da abertura das referidas contas, seja verificada a autenticidade das mesmas.

Parágrafo Único - O preenchimento incorreto ou a ausência de assinatura no supracitado ofício impossibilitará a abertura da referida conta, sendo necessário o retorno dos proponentes/convenientes à esta Secretaria para a correção das impropriedades verificadas e posterior reapresentação junto ao Banco.

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO

Art. 4º - Os proponentes/convenientes, na ocasião da abertura das contas correntes exclusivas para a execução dos projetos culturais, farão jus à cesta de serviços pactuada com o Bradesco, na qual estão incluídos: Cartão Instantâneo, Talão de Cheques e Internet Banking/Net Empresa, entre outros.

Art. 5º - Os recursos serão aplicados imediatamente a partir de seu ingresso no pacote de Investimento - Invest Fácil/Plus, sem período de carência, podendo ser movimentado livremente, não sendo, portanto, permitida outra opção de aplicação por parte do conveniente/proponente.

DA TARIFICAÇÃO

Art. 6º - As contas correntes exclusivas para a execução dos projetos culturais não serão objeto de cobrança de tarifas, desde que os proponentes/convenientes obedeçam o limite de utilização estabelecida na cesta de serviços isenta.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Nos editais de fomento direto e indireto, os proponentes poderão optar, no momento da apresentação dos projetos, os custos das operações bancárias não contempladas ou que exceda o limite da cesta contratada.

Art. 8º - Nos convênios, tendo em vista a legislação em vigor, não serão admitidas, em hipótese alguma, tarifas cobradas junto à conta corrente específica, limitando-se o conveniente obrigatoriamente a utilizar as quantidades estabelecidas na cesta ou restituir os respectivos valores à conta do convênio ou aos cofres públicos.

Art. 9º - Para dirimir dúvidas e obter maiores esclarecimentos sobre o procedimento, enviar e-mail para o seguinte endereço: mc.cultura@gmail.com

Art. 10 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial as Instruções Normativas SEC/SPG nºs 01/2014 e 02/2015.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2018

LEANDRO SAMPAIO MONTEIRO

Secretário de Estado de Cultura

ANEXO ÚNICO

Ofício SEC/XXXXX Nº XXX/ANO Rio de Janeiro, XX de XXX de 2018.

Ass

Banco Bradesco S.A.

Ref.: Abertura de Conta Corrente

Projeto:

Proponente: CNPJ:

Representante: CPF:

Senhor Gerente,

A Secretaria de Estado de Cultura, inscrita sob CNPJ nº 28.001.394/0001-11, encaminha a V.Sa. o responsável pela abertura de conta corrente, destinado ao recebimento de recursos específicos e concedidos por esta Secretaria, e que serão movimentados mediante utilização de Cartão Instantâneo, cheques ou Internet Banking/Net Empresa.

A conta deverá ser cadastrada na cesta de serviço isenta. A isenção limita-se apenas à Cesta negociada com a Secretaria, sendo o custo de qualquer valor excedente de inteira responsabilidade do titular da conta.

O titular não poderá contratar nenhum produto bancário de crédito (Cheque Especial, empréstimos, etc.) e os recursos devem permanecer aplicados no Investimento Invest Fácil/Plus (de acordo com a natureza da conta - PF ou PJ).

Recomendamos que os espaços abaixo sejam informados número da respectiva conta corrente e contato na agência, retornando por meio do titular acima uma segunda via deste expediente.

Eventuais dúvidas podem ser sanadas através do telefone 2216-8500 Ramal XXX.

uso objeto deste Termo, o PERMISSIONÁRIO obriga-se a pagar a FUNARJ 15% (quinze por cento) sobre a receita bruta da bilheteria auferida com a venda de ingressos".

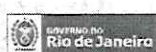
Id: 2126910

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL
ATO DO DIRETOR

DE 10.08.2018

DESIGNA os servidores RENATA MONTEIRO DE SOUZA, ID 41880072 e MARCOS CESAR DA SILVA MANSO, ID 6234305, como responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do TPUT nº 18/237/2018 e TELEFONIA BRASIL S/A, objeto do Processo nº E-18/002/335/2018.

Id: 2126115



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
 Assinado digitalmente em Terça-feira, 21 de Agosto de 2018 às 01:41:02 -0300

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEADAE Nº 065/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADAE e a INVESTPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI.
OBJETO: Locação emergencial de 2.185 (dois mil cento e oitenta e cinco) microcomputadores com serviços de manutenção preventiva e corretiva.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$1.053.854,10 (um milhão, cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/10.000.331/2018 (DL nº 005/2018 - DE).
"Cintidito no D.O. de 03/07/2018.

Id: 2126752

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017.
PARTES: Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA-RJ e a HORIZONTE 16 LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 005/2017, sem renúncia de reajuste, relativo à prestação de serviços contínuos de locação de veículo automotor, blindado nível III A, tipo sedan, incombustível, fun motorizado, a ser conduzido por Licença-TO: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.686, de 1993. **DATA DA ASSINATURA:** 14/08/2018. **VIGÊNCIA:** (12) doze meses a contar da sua assinatura, dando-se ao contrato o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR:** R\$ 87.980,00 (oitenta e sete mil novecentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 8.165,00 (oito mil cento e sessenta e cinco reais). **PROCESSO Nº E-02/004/100117/2017.**

Id: 2126324

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO S.A.

AVISOS

PREÇO ELETRÔNICO Nº 004/18.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a prestação de serviços comuns e continuados de combate e prevenção de vetores e pragas urbanas, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I.
DATA DA ABERTURA: 03/09/2018, às 10:00h.
TIPO: Menor Preço Global Por Item.
PROCESSO Nº E-02/004/100117/2018.
O Edital encontra-se à disposição no site: <http://www.compras.rj.gov.br>, podendo ser retirado, na forma impressa, no Setor de Licitações e Contratos da CEASA-RJ, situada na Av. Brasil, 19.001- Irajá - RJ - Prédio da Administração - 5º andar - sala 509, de 2ª a 6ª feira, das 09:00h às 16:00h, mediante a permissão de uma resma de papel A-4 (quinhentas folhas). Para retirada do Edital, informações pelo telefone (21) 2333-5266 ou pelo e-mail: concorrencia.ceasa@ceasa.rj.gov.br.

PREÇO ELETRÔNICO Nº 005/18.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a prestação de serviços comuns e continuados de limpeza, asseio e conservação de banheiros, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I.
DATA DA ABERTURA: 03/09/2018, às 10:00h.
TIPO: Menor Preço Global Por Item.
PROCESSO Nº E-02/004/100118/2018.
O Edital encontra-se à disposição no site: <http://www.compras.rj.gov.br>, podendo ser retirado, na forma impressa, no Setor de Licitações e Contratos da CEASA-RJ, situada na Av. Brasil, 19.001- Irajá - RJ - Prédio da Administração - 5º andar - sala 509, de 2ª a 6ª feira, das 09:00h às 16:00h, mediante a permissão de uma resma de papel A-4 (quinhentas folhas). Para retirada do Edital, informações pelo telefone (21) 2333-5266 ou pelo e-mail: concorrencia.ceasa@ceasa.rj.gov.br.

PREÇO ELETRÔNICO Nº 006/18.
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a prestação de serviços comuns e continuados de segurança contra incêndio e pânico, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I.
DATA DA ABERTURA: 03/09/2018, às 10:00h.
TIPO: Menor Preço Global Por Item.
PROCESSO Nº E-02/004/100119/2018.
O Edital encontra-se à disposição no site: <http://www.compras.rj.gov.br>, podendo ser retirado, na forma impressa, no Setor de Licitações e Contratos da CEASA-RJ, situada na Av. Brasil, 19.001- Irajá - RJ - Prédio da Administração - 5º andar - sala 509, de 2ª a 6ª feira, das 09:00h às 16:00h, mediante a permissão de uma resma de papel A-4 (quinhentas folhas). Para retirada do Edital, informações pelo telefone (21) 2333-5266 ou pelo e-mail: concorrencia.ceasa@ceasa.rj.gov.br.

Id: 2126927

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

EDITAL

INSCRIÇÃO DOS JOGOS ESTUDANTIS 2018

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas aos Jogos Estudantis 2018.

1. MENSAGEM DO SECRETÁRIO

Os Jogos Escolares do Rio de Janeiro, que funcionam como seletiva para os Jogos Escolares da Juventude, se tornaram um marco na história do esporte fluminense. Mais do que isso, é a prova viva da importância que o Estado dá ao evento e aos seus futuros atletas. O Governo do Estado, através da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SEELJ), sempre apoiou, estimulou e custeou as delegações das escolas públicas e particulares. Nos últimos anos, no entanto, com o agravamento da crise econômica do país, que afetou os investimentos públicos e reduziu drasticamente os cofres dos recursos estaduais, a SEELJ se viu obrigada a buscar parcerias para que pudesse manter a atividade. Assim, em 2017, no auge da crise, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, a secretaria não mediu esforços e, por meio de apoio, conseguiu realizar Os Jogos Escolares. Este ano não poderia ser diferente. Todos sabem que o Estado ainda se recupera da grave crise financeira que enfrentou e a Secretaria, por ser parte dessa estrutura, encontra sem recursos próprios. Inicialmente, a expectativa era que o apoio e os recursos viessem do Ministério dos Esportes, o que acabou não se concretizando. Ciente da importância do evento, coube à SEELJ, então, formalizar uma parceria com as próprias escolas para que Os Jogos Escolares de 2018 finalmente se tornassem realidade, e felizmente isso aconteceu. Sabemos que a competição é porta de entrada de atletas que um dia poderão representar o país em competições internacionais. Por isso, qualquer esforço é válido. Contamos desde já com a colaboração e a participação de todos os envolvidos nesse valioso projeto.

REGULAMENTO GERAL
JOGOS ESCOLARES DO RIO DE JANEIRO 2018

2. TÍTULO I

2.1. CAPÍTULO I - DA FINALIDADE DO EVENTO

Art. 1º - Os Jogos Escolares do Rio de Janeiro têm por finalidade aumentar a participação de atividades esportivas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do território estadual, e promover a ampla mobilização da comunidade estudantil fluminense em torno do esporte.

2.2. CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

Art. 2º - Ao educar o jovem através da prática desportiva escolar estamos cada vez mais difundindo e reforçando a construção da cidadania e os ideais do movimento olímpico, estes direcionados para a construção de um mundo melhor e mais pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play. Através das atividades desportivas crianças e jovens constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades.

2.3. CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS

Art. 3º - Os Jogos Escolares do Rio de Janeiro têm por objetivos:

- fomentar a prática do esporte nas instituições de ensino;
- possibilitar a identificação de talentos desportivos nas instituições de ensino;
- desenvolver o intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes;
- contribuir para com o desenvolvimento integral do aluno-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte;
- garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos-atletas.

3. TÍTULO II

3.1. CAPÍTULO I - DA REALIZAÇÃO

Art. 4º - Os Jogos Escolares do Rio de Janeiro são uma realização da secretaria de esporte lazer e juventude (SEELJ). As etapas estaduais serão consideradas etapas seleções dos Jogos Escolares da Juventude, conforme a seguir:

a) Etapas Estaduais - deverão ser realizadas obrigatoriamente. Nos esportes coletivos e nos esportes individuais, sendo a etapa responsável para classificar os representantes (equipes/alunos-atletas) para a etapa nacional.

3.2. CAPÍTULO II - DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º - A Secretaria de Esporte Lazer e Juventude (SEELJ) caberá:

- indicar o Coordenador geral dos Jogos Escolares do Estado do Rio de Janeiro;
- elaborar o regulamento geral dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro e aprovar em conjunto com as federações esportivas participantes o regulamento específico das modalidades, bem como as diretrizes gerais técnicas de execução das mesmas;
- deliberar sobre a participação das instituições de ensino, onde não existam competições escolares (fase municipal) ou onde não haja adesão das competições atuais dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro;
- solicitar às federações esportivas das modalidades participantes a indicação de seus representantes para compor a coordenação técnica e equipe de arbitragem das respectivas modalidades respeitando os critérios estabelecidos pela comissão organizadora;
- elaborar a programação esportiva, a apuração dos resultados e a elaboração dos boletins técnicos e administrativos oficiais;
- realizar visitas técnicas nas instalações esportivas e marcar reunião caso os responsáveis para esclarecimentos da competição caso seja necessário;
- aprovar as inscrições dos participantes dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro, realizadas somente pelas unidades escolares;
- indicar o técnico que irá representar o estado, na etapa nacional, sendo esse com o maior número de atletas representante da modalidade;

Parágrafo Único - A responsabilidade pelo deslocamento hospedagem, alimentação, transporte, internamento, atendimento médico, odontológico dos componentes das equipes inscritas na competição é de responsabilidade das unidades escolares.

Art. 6º - As unidades Escolares caberão:

- Providenciar, dentro de suas possibilidades e a critério, o transporte interno, interestadual da sua equipe (Escola) até os locais de competição;
 - Providenciar, dentro de suas possibilidades e a critério, a alimentação e hidratação da sua equipe (Escola) nos locais de competição;
 - Providenciar, dentro de suas possibilidades e a critério, seguro de saúde e de acidentes da sua equipe (Escola) no período de competição;
- Art. 7º - Comunicar ao órgão organizador por e-mail a ausência em qualquer partida ou evento marcado com antecedência com pelo menos 48 horas (quarenta e oito horas) sob risco de penalização.

4. TÍTULO III

4.1. CAPÍTULO I - DOS PODERES

Art. 8º - A Estadual dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro será reconhecida os seguintes poderes:

- Comissão Organizadora (CO);
- Supervisores;
- Comissão Disciplinar (CD).

§ 1º - A comissão Organizadora (CO) dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro será composta pelo Gerente Geral dos Jogos, Coordenadores de Esportes Coletivos e Coordenadores de Esportes Individuais.

§ 2º - Supervisores, representantes do órgão gestor nos locais de competição que terão a responsabilidade de coordenar os jogos nesses locais.

§ 3º - A Comissão Disciplinar (CD) será nomeada de acordo com as disposições do Código Brasileiro de Justiça Esportiva Escolar (CBBJE).

5. TÍTULO IV

5.1. CAPÍTULO I - FORMA DE DISPUTA DAS MODALIDADES INDIVIDUAIS

Art. 9º - Modalidades individuais: atletismo, badminton, luta olímpica, judô, natação, tênis de mesa e xadrez nos gêneros feminino/masculino.

Art. 10 - As etapas individuais serão disputadas em apenas uma etapa classificatória para o nacional. Será criado um ranking com pontuação dobrada na última etapa.

Art. 11 - A seleção do Estado do Rio de Janeiro será formada pelos melhores resultados em cada modalidade, preenchendo o número de vagas estabelecidas pelo COB que organiza a etapa nacional, vale salientar que fica a critério do técnico de cada modalidade a montagem das provas combinadas.

Art. 12 - O técnico, como estabelecido no Art. 5, VIII, será aquele que mais classificar aluno/atleta na sua modalidade.

Art. 13 - A etapa nacional dos Jogos da Juventude 2018 categoria A 12 a 14 anos e Categoria B 15 a 17 anos será realizada de 12 a 21 de novembro em cidade a ser definida até 30 de março de 2018.

5.2. CAPÍTULO II - FORMAS DE DISPUTA DAS MODALIDADES COLETIVAS

Art. 14 - As modalidades que serão disputadas nos Jogos Escolares do Rio de Janeiro serão as seguintes: basquetebol, futsal, handebol e voleibol nos gêneros feminino/masculino, vôlei de praia (exclusivamente na categoria 15 a 17 anos).

§ 1º - As modalidades coletivas serão disputadas com as unidades escolares inscritas na competição. Sistema de confronto direto.

§ 2º - As equipes classificadas disputarão a etapa Regional, a ser organizada pelo COB na cidade de Joinville - SC.

6. TÍTULO V

6.1. CAPÍTULO I - DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DAS DELEGAÇÕES

Art. 15 - Aos Professores e representante de cada Unidade escolar será cobrado um dos documentos a seguir a seguir na sua forma original:

- Professores de Educação Física Obrigatoriedade do CREF;
- Carteira de identidade (expedida por órgão estadual ou federal, dentro do prazo de validade);
- Carteira de trabalho e previdência social (CTPS);
- Certificado de reservista;
- Passaporte dentro do prazo de validade;
- Carteira nacional de habilitação dentro do prazo de validade;
- Carteira dos conselhos profissionais (CREF, OAB, CREFITO, CRM, CREA, etc. dentro do prazo de validade);

Art. 16 - Cabe ao representante legal da unidade escolar:

- representar oficialmente todos os integrantes da unidade escolar perante o comitê organizador dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018;
- supervisionar e responsabilizar-se pela conduta dos componentes da sua equipe, em todos os ambientes onde comparecerem durante os eventos;
- preservar, juntamente com sua equipe, os locais de competições, hospedagem, alimentação, transporte e demais ambientes onde comparecerem e responsabilizar-se pelas avarias causadas;
- cumprir e fazer cumprir por todos os integrantes de sua delegação, os dispositivos reguladores dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018;
- proceder, dentro do prazo estipulado, a inscrição geral e nominal da unidade escolar conforme o descrito no TÍTULO V - CAPÍTULO III -
- responsabilizar-se, quando solicitado, pela comprovação das idades dos alunos-atletas pertencentes a sua equipe;
- responsabilizar-se pela indicação das provas e modalidades de todas a sua equipe;

Art. 17 - Cabe ao Professor de Educação Física:

- apresentar a original da sua carteira do conselho regional de educação física com prazo de validade em dia, para identificação na secretaria geral, e consequente exercício legal de sua profissão. Caso estejam fora da validade, será impedida de atuar com sua equipe, bem como o exercício oficial de sua profissão no evento.

Parágrafo Único - O técnico de xadrez deverá ter no mínimo 18 anos completos e apresentar documento oficial válido, original e com foto, tais como:

- carteira de identidade (expedida por órgão estadual ou federal dentro do prazo de validade) ou carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou certificado de reservista ou passaporte dentro do prazo de validade ou carteira nacional de habilitação (CNH) ou carteira dos conselhos profissionais (CREF, OAB, CREFITO, CRM, CREA, etc.);
- supervisionar e responsabilizar-se pela sua conduta e dos componentes de sua modalidade, em todos os ambientes onde comparecerem durante os eventos, preservando juntamente com sua equipe, os locais de competição, hospedagem, alimentação, transporte e demais ambientes onde comparecerem e responsabilizar-se pelas avarias causadas;
- cumprir e fazer cumprir por todos os integrantes de sua equipe, os dispositivos reguladores dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018;
- conferir, dentro do prazo estipulado, a inscrição da sua modalidade conforme o descrito no TÍTULO V - CAPÍTULO III;
- responsabilizar-se, quando solicitado, pela comprovação das idades e situação escolar dos alunos-atletas pertencentes a sua modalidade;

Art. 18 - Cabe ao aluno-atleta apresentar um dos documentos oficiais listados a seguir, na sua forma original, dentro do prazo de validade, para identificação na secretaria geral dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018, para poder atuar:

- Carteira de identidade (expedida por órgão estadual ou federal dentro do prazo de validade);
- Carteira de trabalho e previdência social (modelo digitalizado) dentro do prazo de validade;

Parágrafo Único - Não serão aceitas pelo comitê organizador fotocópias (mesmo autenticadas), documentos danificados, fax, boletins de ocorrência, protocolos, declarações e outros tipos de documentos para atuar.

Art. 19 - Ao médico e/ou fisioterapeuta caberá:

- Apresentar à coordenação de serviços médicos dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018 a carteira original do seu registro no conselho regional de medicina (CRM) ou fisioterapia (CREFITO) para poder atuar (ver § 5º);
- Atender, em caso de necessidade, a convocação feita pela coordenação dos jogos a serviços médicos, para escala de serviços durante o evento;

Art. 20 - Cabe ao jornalista:

- Apresentar a CO dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro documento de comprovação de vínculo com empresas de meio de comunicação, desde que contenha prazo de validade vigente, para receber autorização para atuar;
- Entregar ao CO dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro um relatório (clipping) das matérias publicadas em sua unidade da federação sobre os Jogos Escolares do Rio de Janeiro 2018 para que a mesma possa remeter para o COB, dentro do prazo estipulado no § 1º - alínea "h". Em caso da não remessa do clipping, a unidade da federação poderá perder o direito de inscrever o jornalista no ano seguinte;

Art. 21 - As carteiras dos conselhos regionais (CREF, CRM, CREFITO, etc.) deverão estar com prazo de validade em dia, para identificação no Congresso Técnico ou local de Competição, e consequente exercício legal de sua profissão. Caso a carteira apresentada esteja com o prazo de validade vencido, não será autorizada a retirada da sua credencial, bem como o exercício oficial de sua profissão no evento e o acesso ao hotel, transporte e alimentação;

Art. 22 - Não serão aceitas fotocópias (mesmo autenticadas), documentos danificados, fax, boletins de ocorrência, protocolos, declarações e outros tipos de documentos pelo comitê organizador, para atuar nos jogos;

Art. 23 - A fiscalização do exercício irregular da profissão caberá ao respectivo conselho profissional. O profissional que estiver atuando de forma irregular estará passível de punições conforme estabelece a legislação;

Art. 24 - Nenhuma vaga destinada a uma função ou modalidade específica poderá ser transferida para outra função ou modalidade.